

## Plano Regional Anual para 2005

Sr. Presidente;  
Sras. e Srs. Deputados;  
Sr. Presidente;  
Sra. e Srs. Membros do Governo

Em Outubro de 2004 o Partido Socialista apresentou aos Açorianos um Programa Eleitoral no qual se propunha **Continuar a Mudar os Açores para Melhor** e, no âmbito da solidariedade social, se comprometia a “promover a qualidade de vida e reforçar a coesão social” através de políticas sectoriais “assentes num plano de acção integrado, através do qual não se pretende apenas resolver problemas sociais mas também implementar estratégias de prevenção do aparecimento ou do agravamento de situações de risco.”

O Programa do IX Governo Regional reitera esse propósito e propõe um conjunto de objectivos e medidas que, ao longo da legislatura, levarão à sua concretização.

Por sua vez, o Plano Regional Anual para 2005, hoje em debate, reafirma precisamente essa mesma determinação e, mantendo o objectivo de reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades, define prioridades e assume perante os Açorianos quais os programas, projectos e acções que serão implementados ao longo do corrente ano.

O que alguns poderão querer apelar, de forma simplista, como “mais do mesmo” corresponde, em meu entender, a uma prova inequívoca de transparência e de total congruência entre aquilo em que acreditamos, os compromissos assumidos com os açorianos, e o plano de acção que delineamos. Significa, por outras palavras, que continuamos a cumprir.

Os Açorianos sabem que é isso que podem esperar do Partido Socialista e como tal sufragaram o Programa Eleitoral que lhes foi apresentado.

Por certo esperam agora que aprovemos o Plano Regional Anual para 2005 no respeito pela opção clara manifestada em Outubro passado e capacitando o Governo para implementar o Programa por eles então aprovado.

Sr. Presidente;  
Sras. e Srs. Deputados;  
Sr. Presidente;  
Sra. e Srs. Membros do Governo

Analisemos então, em maior pormenor, a política social que o Plano Regional Anual para 2005 nos propõe.

Não vou elencar as acções nem os investimentos previstos. Todos nós tivemos ampla oportunidade de os analisar. Pretendo antes enquadrá-los, abordando **três aspectos distintos** do nosso compromisso com os açorianos, que julgo merecedores de destaque porquanto constituem critérios de avaliação do mérito do Plano Regional Anual para 2005.

Em conformidade com os nossos compromissos eleitorais, as medidas de política sectorial a adoptar em 2005 terão de contribuir para a **resolução de problemas sociais**, terão igualmente de **prevenir o aparecimento ou agravamento de situações de risco**, e isto através de um **programa de acção integrado**.

Vejamos então qual o desempenho da proposta de plano perante estes três indicadores.

Uma primeira abordagem ao documento rapidamente revela que os investimentos do Plano previstos no âmbito do Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social representam um aumento significativo em relação ao Plano do ano transacto (uma variação de 44,51%). Aumento este que pode

traduzir a prioridade que é atribuída pelo IX Governo Regional a esta área de intervenção.

Uma leitura mais pormenorizada logo clarifica que, à semelhança do que aconteceu em planos anteriores, está previsto um conjunto variado de acções destinadas a grupos específicos considerados de maior risco de exclusão social, nomeadamente crianças e jovens; idosos; famílias com idosos a seu cargo; pessoas com deficiência e vítimas de violência doméstica. Este leque de acções tem por objectivos minimizar as desvantagens e incapacidades de que são alvo, proporcionando-lhes condições para uma maior autonomia, normalização de vivências e oportunidades de desenvolvimento. Em suma promover uma maior qualidade de vida.

Mantém-se também a política de descentralização e de incentivo à participação de entidades privadas com acções previstas para várias ilhas e concelhos bem como apoios destinados a Instituições Particulares de Solidariedade Social e Santas Casas de Misericórdia.

Sr. Presidente;

Sras. e Srs. Deputados;

Sr. Presidente;

Sra. e Srs. Membros do Governo

Se aprofundarmos um pouco mais esta análise e verificarmos também o conteúdo específico de cada acção constatamos que um número significativo destas se destina a requalificação remodelação, ampliação e beneficiação de estruturas já existentes. Esta é também uma opção consciente que não se fica a dever a cortes orçamentais nem tão pouco a reafectação de prioridades. Trata-se, isso sim, de um assumir claro de um novo compromisso: **um compromisso com a promoção da qualidade.**

Tenho assumido publicamente, e reafirmo-o hoje aqui, que durante as últimas duas legislaturas os Governos do partido socialista conseguiram dar resposta ao desafio quantitativo com que a região se confrontava em termos

de infra-estruturas de apoio social. De facto, a evolução verificada a este nível é notória e notável. Salvo raras exceções, os Açores dispõem hoje de uma rede de equipamentos sociais adequada à prossecução da sua política social. Os dados disponíveis podem comprová-lo.

Existem hoje nos Açores valências de apoio à infância (creche, mini creche, jardim de infância ou amas) em todos os concelhos;

Todos os concelhos (com excepção de Flores e Corvo) dispõem de centros de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, sendo certo que a grande maioria dos concelhos possui centros em várias freguesias;

Todas as ilhas (excepto Flores e Corvo) dispõem de valências de apoio a crianças e jovens em risco;

Dezoito dos dezanove concelhos dispõem de centros de convívio e centros de dia, dispersos pelas várias freguesias;

Todas as ilhas, e a grande maioria dos concelhos, têm lares ou residências para idosos;

O apoio domiciliário chega a todas as freguesias;

Sete das nove ilhas dispõem de Centros de Actividades Ocupacionais para pessoas portadoras de deficiência, sendo que só em S. Miguel e na Terceira existem 8 centros;

As vítimas de violência doméstica contam hoje com o apoio de três estruturas de alojamento temporário e três serviços de atendimento, aconselhamento e encaminhamento;

Dispomos também de cinco centros de Promoção e Emprego Social.

Assim, e uma vez satisfeito o desafio quantitativo, em minha opinião, a ênfase deve agora ser gradualmente deslocada para a promoção da qualidade.

Apraz-me, por isso, verificar que a proposta de Plano Regional Anual assume este desafio. E assume-o em termos do conteúdo das acções previstas, como já referi, mas assume-o também através de um conjunto de medidas que, não implicando despesas de plano, representam um contributo significativo na resposta a este novo desafio da qualidade. Refira-se, a título de exemplo, o compromisso explícito de investir nos domínios do:

Desenvolvimento de programas de formação destinados a dirigentes e trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social;

Qualificação da acção dos técnicos e pessoal auxiliar das Instituições com valências de apoio a diferentes grupos alvo;

Normalização e flexibilização dos apoios;

Aumento, desenvolvimento e avaliação dos serviços prestados e das actividades das Instituições Particulares de Solidariedade Social;

Definição de protocolos de funcionamento e de padrões de qualidade; e

Concepção de estratégias de intervenção integradas com recurso a mecanismos inovadores de intervenção e coordenação.

Sr. Presidente;

Sras. e Srs. Deputados;

Sr. Presidente;

Sra. e Srs. Membros do Governo

Uma leitura sectorial do Plano poderia remeter a análise da política social deste governo exclusivamente para a desagregação por objectivo,

proponente ou ilha centrando a atenção exclusivamente nos investimentos previstos no âmbito da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. Contudo a percepção que temos dos chamados problemas sociais levam a que a política social deste governo não se confine à acção de apenas uma secretaria. Se é certo que a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais assume um papel central, não é menos certo, que numa perspectiva de prevenção e de actuação integrada não podemos menosprezar um vasto leque de outras acções desenvolvidas no âmbito de outros departamentos governamentais.

Esta é a nossa convicção mas são também as conclusões que se retiram da investigação. Em Novembro de 2004, por exemplo, num documento publicado pelo Instituto Nacional de Estatística intitulado **“A Estratégia de Lisboa: Portugal no Contexto da União Europeia”** **Análise da evolução à luz dos Indicadores Estruturais** podemos encontrar um conjunto de recomendações que apontam claramente neste sentido.

Em referências ao desemprego, desemprego de longa duração e à formação ao longo da vida, o documento apela a um maior esforço na formação contínua da população activa e na qualificação e reconversão de desempregados reconhecendo esta aprendizagem como factor de integração no mercado de trabalho, de motivação mas também, e talvez por isso mesmo, de combate à exclusão social.

Nos Açores, e o Plano do Governo comprova-o, o combate à exclusão social continua a contar com investimentos significativos no âmbito da formação profissional e profissionalizante, da formação de activos, da orientação, reconversão e qualificação de desempregados, bem como da promoção do mercado social de emprego.

Mais adiante o mesmo documento aborda também o abandono escolar precoce identificando-o como factor de exclusão e marginalização.

Nos Açores, e no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Ciência continuamos a investir na prevenção do absentismo, insucesso e abandono

escolar nomeadamente através da diversificação da oferta educativa, da flexibilização curricular bem como da formação do pessoal docente e não docente.

No mesmo documento são ainda encontradas referências à taxa de pobreza e taxa de pobreza persistente antes e depois das transferências sociais reconhecendo claramente que estas “assumem um papel extremamente importante na limitação do problema da pobreza.”

Vemos assim mais uma vez validado aquilo que sempre soubemos, ou seja, que a prestação social que o Partido Socialista introduziu sob a forma de Rendimento Mínimo Garantido contribui de facto para o combate à pobreza.

Também à luz desta análise a política social do IX Governo Regional se revela actualizada e adequada aos desafios que se nos colocam quer ao nível da manutenção e reforço das prestações sociais, quer da mobilização da participação das diferentes áreas de acção governativa.

Sr. Presidente;

Sras. e Srs. Deputados;

Sr. Presidente;

Sra. e Srs. Membros do Governo

Nos Açores levamos esta prática mais longe mais longe. Reconhecemos que o combate à exclusão social também passa pela promoção de condições de habitação dignas e inscrevemos no Plano verbas significativas para a recuperação de habitação degradada, realojamentos e erradicação de barracas;

Sabemos que a ocupação estruturada dos tempos livres das crianças e jovens funciona como factor de protecção e por isso continuamos a investir na promoção de actividades de ocupação de tempos livres, do associativismo juvenil e do desporto;

Reconhecemos também a existência de novos grupos de risco e por isso investimos na prevenção das toxicodependências, no apoio a pessoas com doenças mentais, na promoção da igualdade de oportunidades, no apoio aos imigrantes e aos emigrantes regressados.

Sr. Presidente;  
Sras. e Srs. Deputados;  
Sr. Presidente;  
Sra. e Srs. Membros do Governo

Para concluir regressaria aos critérios de avaliação que apresentei no início. Julgo que a análise agora realizada quer em termos do percurso efectuado nas últimas duas legislaturas quer dos investimentos, objectivos, acções e intervenientes propostos para 2005 demonstram claramente que a proposta em análise dará continuidade ao esforço que vimos desenvolvendo ao longo dos últimos 8 anos, assumirá os novos desafios que se lhe colocam, nomeadamente o da qualidade e desenvolverá uma actuação integrada contando sempre com a participação dos diversos agentes sociais mas também dos diferentes departamentos governamentais.

Considero assim que a Proposta de Plano Regional Anual para 2005, nomeadamente no que concerne à política social, contribui indubitavelmente para a resolução de problemas sociais e para a prevenção do aparecimento ou agravamento de situações de risco através de um programa de acção integrado, cumprindo com os nossos compromissos eleitorais e merece por isso a nossa aprovação.

Continuamos a mudar os Açores para melhor. Continuamos a cumprir.

A Deputada Regional,

Nélia Amaral